

INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: BASES ARTICULADAS COMO APOIO PARA REFLEXÕES SOBRE O TEMA¹

Clotildes Avellar Teixeira²
cloavellar@gmail.com

Resumo

Parte da tese de doutorado elaborada no âmbito da linha de pesquisa Informação, Cultura e Sociedade, na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, este artigo apresenta as bases conceituais apropriadas para alicerçar a discussão teórica que impulsionou a pesquisa. O estudo em questão pautou-se pelas discussões sobre a informação, a memória, o patrimônio cultural e transformações sociais na busca pela apreensão do real historicamente construído com vistas à elaboração de instrumentos de salvaguarda voltados para as práticas culturais tradicionais. Na perspectiva da Educação Patrimonial apresenta uma proposta de utilização da tecnologia digital para apoiar o registro e a da difusão da memória dos grupos sociais detentores dos conhecimentos reconhecidos como patrimônio cultural.

Palavras Chave: Tradição, Cultura, Memória, Patrimônio Cultural, Informação

Abstract

Part of the doctoral thesis developed within the research line Information, Culture and Society, at the School of Information Science at the Federal University of Minas Gerais, this article presents the appropriate conceptual bases to support the theoretical discussion that drove the research. The study in question was guided by discussions on information, memory, cultural heritage and social transformations in the search for the apprehension of the historically built reality with a view to the elaboration of safeguarding instruments aimed at traditional cultural practices. From the perspective of Heritage Education, it presents a proposal for the use of digital technology to support the registration and dissemination of the memory of social groups holding knowledge recognised a cultural heritage.

Keywords: Tradition, Culture, Memory, Cultural Heritage, Information

¹ Este texto é um recorte adaptado da tese de doutorado orientada pela Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis e intitulada “Informação, educação patrimonial e museus no ciberespaço: diálogos” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade,

² Historiadora especialista em Gestão do Patrimônio Cultural, PHD em Informação, Cultura e Sociedade, Colaboradora do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória - CITCEM/FLUP

Antecipando os antropólogos modernos que afirmam uma continuidade entre a evolução biológica e a tecnológica, dos utensílios paleolíticos à eletrônica, Plínio admite implicitamente que as contribuições do homem à natureza passam também elas a fazer parte da natureza humana. Daí até estabelecer que a verdadeira natureza do homem e a cultura, só existe um passo. (CALVINO, 1994. p.52)

A concepção orientadora do olhar da pesquisa, na dimensão da teoria, tomou como base e elemento norteador do processo, o conceito de cultura na sua versão antropológica que foi incorporado ao estudo a partir de um diálogo permanente com os outros conceitos ali apropriados.

Recorrendo a Aristóteles, no contexto da filosofia ocidental, buscamos uma noção que define a cultura como *tudo aquilo que resulta do pensar e do agir dos seres humanos* (ARANHA; MARTINS, 2003), e coloca em destaque a utilização dos sentidos para a experimentação do mundo a partir da compreensão da capacidade transformadora do homem com relação à natureza. Partimos do entendimento de que é impossível pensar na trajetória da humanidade sem observar o seu aspecto cultural, ou seja, sem considerar a utilização das informações e do conhecimento construído, guardado na memória e transformado em patrimônio cultural.

Seguindo a provocação apresentada por Calvino (1994) na obra *Por que ler os clássicos*, na qual apresenta uma defesa da utilidade da leitura de textos clássicos como, por exemplo, a Odisseia de Homero, *para entender quem somos e aonde chegamos*, trouxemos para a cena a concepção de cultura na vertente apropriada por ele, que segue na mesma direção do filósofo, no sentido da compreensão do homem como um ser cultural, dependente da apreensão de um legado de conhecimentos que são repassados de geração em geração de forma a garantir a sua própria sobrevivência e também a sobrevivência do grupo social ao qual pertence. Uma concepção que apresenta o ser humano como o *resultado do meio cultural no qual foi socializado*, herdeiro de um longo processo acumulativo de experiências vividas pelas gerações anteriores conforme definida por Laraia (2002), conceito chave no embasamento de estudos voltados para o cotidiano dos grupos sociais e largamente aplicado no Brasil durante as últimas décadas para o desenvolvimento de projetos que tem como tema o patrimônio cultural.

Nessa versão antropológica do conceito, de acordo com o autor, compreende-se como cultura o conjunto de símbolos, criados pelos grupos sociais, no qual estão incluídos os valores, as práticas e as teorias elaboradas pela humanidade e que se encontram em permanente estado de transformação dada a grande capacidade criativa do ser humano, seja na forma de agir, de pensar e de interpretar o universo (LARAIA,2002).

Trata-se de perceber o mundo como *um sistema de significados já estabelecido* (ARANHA; MARTINS, 2003), com valores constituídos, que começam a ser assimilados na infância, logo após o nascimento dos bebês, num longo processo de aprendizagem que tem como essência a transmissão de informações sobre os modos de ser e de viver do grupo social ao qual eles pertencem, valores fundamentais da construção de uma vida em sociedade.

Essa informação transmitida à criança, associada à herança cultural do grupo, é convertida em patrimônio cultural na medida em que passa a ser percebida como bagagem portadora de referências de antigas práticas. Um bem cultural por vezes fundamental para a coesão ou a sobrevivência do grupo, se considerarmos os contextos específicos e as transformações permanentes.

Vale destacar o aspecto coletivo da ação humana que, no limite, por meio dessa transfiguração, abre a possibilidade de surgimento de novos modos de ser e de viver embasados por experiências antigas, “O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam (LARAIA, 2002, p.45).

Destaca-se, nessa perspectiva, a vinculação irrefutável das concepções articuladas na base teórica do estudo, tanto no sentido da apreensão da realidade como na leitura dessa realidade: a tríade informação, memória e patrimônio.

Dado que a informação existe como um elemento vital para a sobrevivência humana desde o surgimento do homem e da vida em sociedade e o acervo formado pelas informações acumuladas ao longo do tempo levam à construção de uma memória coletiva no sentido de

assegurar a continuidade dos modos de vida dos grupos sociais, esta memória, guardada em objetos e referências simbólicas, é o que conforma o conjunto de bens que compõem o patrimônio cultural. Um conjunto de bens culturais, legado de conhecimentos adquiridos de gerações passadas que necessitam ser reconhecidos para serem valorizados de modo a contribuir para a preservação de identidades múltiplas, por vezes sufocadas, silenciadas ou invisibilizadas no processo de formação de uma sociedade.

A compreensão destas inter-relações torna possível perceber a questão cultural como o elemento definidor do elo estabelecido no tripé de noções entrelaçadas e interdependentes, sobre as quais debruçamo-nos individualmente em diálogo com os autores escolhidos, durante todo o processo de pesquisa.

O fenômeno informação e realidade construída

No que diz respeito ao conceito de informação, recorreremos à Marteleto (1995) para tratar da informação fenômeno, interligada com a cultura numa simbiose conceitual permanente, na qual os dois conceitos se apresentam impossíveis de serem dissociados, considerando a produção e reprodução dos artefatos culturais pelo modo informacional.

Trata-se de uma perspectiva que compreende a informação não como uma coisa a ser observada e sim como algo historicamente construído, na qual a existência dos artefactos aparece condicionada aos mecanismos de transmissão dos significados, símbolos e signos culturais construídos pelos sujeitos com o objetivo de reconhecer, interpretar e transmitir significados.

Isso nos leva à compreensão das práticas culturais como práticas informacionais num processo que deve considerar o caráter dinâmico próprio da cultura ao observar o movimento de transmissão, assimilação ou rejeição das informações pelos sujeitos sociais no interior de comunidades denominadas pela autora como sociedades históricas.

Vale lembrar que no decorrer da história da humanidade, o conhecimento advindo dessa transmissão de informações serviu-se primeiramente do universo da comunicação oral dentro dos grupos sociais como o principal veículo para o trânsito das memórias ancestrais. A possibilidade do registro veio com o passar do tempo e foi gradativamente sendo

ampliada a cada revolução tecnológica, conforme pode ser verificado nas constantes transformações pelas quais passou o tráfego das informações desde a invenção da escrita.

O surgimento da imprensa e depois da internet potencializou ainda mais as possibilidades de comunicação, especialmente por estreitar as inter-relações de redes informacionais que se situam na origem da sociedade da informação, conforme aponta Castells (2002), uma sociedade em rede alicerçada pelo poder da informação, ainda que, conforme aponta Burke (2005), as redes de informação são se constituem em um fenômeno recente. O que ocorreu foi, na verdade, que elas foram potencializadas pela comunicação na internet e as ferramentas digitais. As redes de informação, entretanto, conforme argumenta o autor teriam começado a se formar há muito mais tempo, em meados do século XII, em lugares estratégicos como portos, comércios, mosteiros ou universidades, locais por onde circulava um maior volume de informação de alguma forma mercantilizada e utilizada como instrumento de repressão, e dominação.

Pois bem, seja nessa incipiente sociedade da informação da era medieval, antes ou depois dela, o fato é que a relação de transmissão de informações e geração de conhecimento, mesmo sistematicamente modificada através dos tempos a partir do surgimento de tecnologias cada vez mais avançadas, se apresenta como estratégica, em relação à garantia da continuidade de práticas culturais consideradas importantes tanto no seio de grupos tradicionais, que ainda se valem de uma memória oral, quanto em sociedades mais estruturadas tecnologicamente que possuem ao alcance da mão as mais recentes novidades.

Não se pode esquecer, entretanto, que para que esta a informação se transforme em conhecimento ela precisa ser acessada e, nos últimos tempos, dadas as possibilidades apresentadas pelas tecnologias digitais há de se preocupar com as condições e com a qualidade deste acesso, no sentido de garantir que possa ocorrer, na prática, a *transferência e o aproveitamento da informação disponível* (SILVA; BASTOS, 2004), pois não basta só disponibilizar a informação. É preciso criar ferramentas específicas dentro deste objetivo ampliando assim as possibilidades de geração do conhecimento.

Capurro e Hjørland (2007) já apontavam a ligação íntima que existe entre a noção de informação e as diversas visões sobre o conhecimento, no contexto das relações humanas,

ao refletir sobre a etimologia da palavra reafirmando a sucessiva reconstrução do conceito a partir deste elo.

As concepções sobre informação dentro da filosofia da ciência e da filosofia analítica, particularmente desde o final dos anos 70, estão relacionadas a ciências específicas, particularmente a física, a biologia e a linguística. Como resultado deste desenvolvimento, a tendência tem sido de re-humanizar o conceito de informação, isto é, colocá-lo no contexto cultural (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 162).

Esse processo de re-humanização, considerando a proposição dos autores, surge então num contexto no qual a informação construída socialmente se apresenta como indissociável da memória e do patrimônio cultural tal qual a concepção antropológica apropriada neste estudo, escolhida entre as muitas utilizadas no campo da Ciência da Informação.

É que no âmbito das questões informacionais, um dos grandes desafios encontrados na contemporaneidade, reside nas abrangentes definições, usos e conceitos que podem ser associados ao termo informação em variados campos do conhecimento, aspecto importante a ser considerado aqui, uma vez que muitas das teorias e abordagens utilizadas em estudos da Ciência da Informação tem sua origem de outras áreas. Conceito chave na sociologia, na ciência política e na economia, entre outras, a noção de informação na chamada sociedade da informação relaciona-se também com o conceito de comunicação, numa perspectiva que vincula a informação com o novo, com o imprevisto (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Uma ótica cuja transmissão da informação parte do princípio de uma necessidade dada: a suposição de que existe alguém ou algum grupo que não tem conhecimento dela e por algum motivo precisa recebê-la. Ser informado, neste sentido, significa ter a atenção voltada para um foco previamente escolhido, ou seja, a informação transmitida teria como objetivo atender os fins específicos a que se destina no processo de comunicação. De qualquer modo,

Não há informação pura ou informação em si (isto é, a informação está sempre relacionada a algum tipo de redundância ou ruído). Informar (aos outros ou a si mesmo) significa selecionar e avaliar. Este conceito é particularmente relevante no campo do jornalismo ou mídia de massa, mas, obviamente, também em CI (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 173).

Tomamos como elemento chave neste trabalho o posicionamento, reafirmado por aqueles autores, com relação à capacidade deste trânsito de informações em permitir ao sujeito a construção do saber, no que se refere à realidade cultural, ainda que isso ocorra de forma quase sempre inconsciente por parte da comunidade, dentro de um processo de absorção de elementos significativos que vão se somando, consecutivamente, de modo a permitir a elaboração de um sistema de valores que vai atuar na formação da identidade cultural do grupo.

Compreendendo a informação como matéria prima do conhecimento é possível afirmar que a concepção de informação atrelada à noção de cultura utilizada nesta reflexão, constitui-se como um fenômeno indispensável para a sobrevivência dos grupos sociais na medida em que garante a continuidade de suas práticas culturais. Enquanto um produto social, de acordo com Reis (2007, p. 23), que se traduz no resultado das relações estabelecidas entre homens e mulheres *no contexto de uma sociedade historicamente construída, que se apresenta de forma dinâmica e em permanente mutabilidade*; faz-se necessário então a compreensão do fenômeno informação em sua inserção social.

E no contexto da tradição, a memória se apresenta, como o repositório das informações que por algum motivo foram detectadas como importantes para um determinado grupo ou comunidade. Compreendemos que investigar esta memória, registrá-la ou difundi-la faz parte de um processo muito mais amplo que resvala na resistência cultural e nas soberanias nacionais, considerando a sua importância como elemento de apreensão da realidade e também como elemento de leitura do mundo, tanto pelo que esconde quanto pelo que revela.

A tessitura da memória como tarefa coletiva

Numa época em que a preocupação com a transmissão do conhecimento tradicional no seio das comunidades surge associada às ações de proteção ao patrimônio cultural, pensar a memória como elemento essencial deste processo implica em compreendê-la dentro de um sistema coletivo de criação de um repertório de significados, num contexto social determinado. Um conjunto de lembranças produzido no interior dos grupos sociais, que tem poder de difusão e se alimenta de imagens, sentimentos, ideias e valores (BOSI, 1994), no sentido de promover a identidade deste grupo. É por meio dela que impressões e informações passadas de uma geração à outra vão compondo e recompondo a história da

humanidade contribuindo para a construção de um passado comum, calcado no compartilhamento de lembranças. Mas porque se torna importante guardar estas lembranças? Qual seria o sentido de compartilhá-las?

A resposta parece fácil, dado o argumento anterior, entretanto, esta questão parece-nos um pouco mais complexa. Trata-se, no limite, de um movimento que segue na direção de uma garantia de sobrevivência do grupo num momento anterior à questão identitária. Basta observar que sem as informações guardadas na memória dos grupos sociais, que foram internamente transmitidas durante gerações, dificilmente seria possível à humanidade alcançar o estágio atual em que se encontra, especialmente se considerarmos diretamente a questão do conhecimento pois afinal, conforme nos disse Ailton Krenak,

Nos fundamentos da tradição não há palavra vazia. Os fundamentos da tradição são como o esteio do Universo. A memória desses fundamentos não é uma coisa decifrável. É como a água do rio: você olha de um determinado ponto a água correndo; quando voltar na manhã seguinte não verá a mesma água, mas o rio é o mesmo. Ele está ali. Você não distingue. Você só sabe que é a mesma água porque vê que ela corre, mas não é o mesmo rio. O que o meu tataravô e todos os nossos antigos puderam experimentar passa pelo sonho para a minha geração. Tenho o compromisso de manter o leito do sonho preservado para os meus netos e os meus netos terão que fazer isso para as gerações futuras. Isso é a memória da criação do mundo. (KRENAK,1991.p.51)

É por meio da difusão das informações guardadas na memória que se abre a possibilidade de repetir e aprimorar práticas antigas que dizem respeito ao modo de vida de homens e mulheres em todo o mundo, imprimindo-lhes identidade, ou seja neste contexto a memória se traduz como um fator essencial à humanidade.

Composta a partir de uma construção social, conforme dito por Halbwachs (1990), o seu exercício se apresenta sempre como uma tarefa coletiva, já que ninguém é capaz de se lembrar de algo sozinho, pois ela surge sempre como uma experiência em conjunto, conforme definiu o autor, e por si só não se constitui numa reprodução do passado, e sim na reconstrução dele a partir das experiências coletivas. É que no processo de rememoração se fazem presentes tanto a memória individual como a memória coletiva. Quanto mais os indivíduos se encontram inseridos em um grupo, maiores são as condições de recuperação

da sua memória e, na mesma medida, de contribuição para a perpetuação da memória deste grupo, dado que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva e as lembranças são construídas no interior dos grupos sociais. É o que sugere Halbwachs (1990):

Resulta disso que a memória individual, enquanto se opõe à memória coletiva, é uma condição necessária e suficiente do ato de lembrar e do reconhecimento das lembranças? De modo algum. Porque, se essa primeira lembrança foi suprimida, se não nos é mais possível encontrá-la, é porque, desde muito tempo, não fazíamos mais parte do grupo em cuja memória ela se conservava. Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastantes pontos de contato entre uma e as outras para que as lembranças que nos recordam possam ser reconstruídas sobre um fundamento comum (HALBWACHS, 1990, p. 34).

A força e a duração da memória coletiva, portanto, advêm do fato delas possuírem como suporte o conjunto de pessoas que se lembram, enquanto membros do grupo, ainda que as lembranças comuns que se apoiam umas sobre a outras não sejam as mesmas que aparecem com mais intensidade para cada um deles (HALBWACHS, 1990).

Vale lembrar que há, no processo de rememoração coletiva, critérios que definem as lembranças prioritárias. No que diz respeito às memórias de um grupo específico surge sempre em primeiro plano aquilo que foi vivido pelo maior número de pessoas, resultado de experiências coletivas. Isso no caso de o grupo social estar fora de um contexto de dominação ou de expropriação cultural, acontece com países colonizados como o Brasil, no qual memórias de grupos dominados foram sempre abafadas e/ou silenciadas na perspectiva do grupo dominante restando apenas a tradição oral como veículo transmissor das informações.

Associada geralmente a um tempo no qual não existiam registros escritos, a tradição oral refere-se à acumulação de elementos das lembranças comuns por meio da construção de uma memória coletiva como parte do cotidiano dos grupos sociais. Neste tempo, a transmissão de informações e de conhecimentos sobre as práticas culturais ocorria necessariamente por meio da fala e dos gestos.

Vale notar que, ainda hoje, no caso das sociedades sem registro, as informações inscritas como lembranças desempenham a sua função social por meio da comunicação oral associada ao compartilhamento ritualístico provocado pelos vestígios do passado inscritos nos mais variados suportes. A descrição das sociedades de memória oral apresentada por Silva e Silva (2009) no *Dicionário de Conceitos Históricos*, ajuda-nos a compreender um pouco do funcionamento (guarda e transmissão) da memória coletiva em grupos tradicionais, dependentes da oralidade, nos quais a figura dos *griots* representam os lugares de memória, por meio de uma confusa relação entre história e mito, diante da arte de lembrar. Conforme descrito pelos autores,

Tais sociedades possuem especialistas em memória que têm o importante papel de manter a coesão do grupo. Um exemplo pode ser visto nos griots da África Ocidental, cidadãos de países como Gâmbia, por exemplo. Os griots são especialistas responsáveis pela memória coletiva de suas tribos e comunidades. Eles conhecem as crônicas de seu passado, sendo capazes de narrar fatos por até três dias sem se repetir. Quando os griots recitam a história ancestral de seu clã, a comunidade escuta com formalidade. Para datar os casamentos, o nascimento de filhos etc., os griots interligam esses fatos a acontecimentos como uma enchente. Tais mestres da narrativa são exemplos de como a tradição oral e a memória podem ser enriquecedoras para a História: ambas são vivas, emotivas e, segundo o africanista Ki-Zerbo, um museu vivo (SILVA; SILVA, 2009).

Seriam estes homens uma espécie de guardiões da memória coletiva, os *homens-memória* descritos por Le Goff (2003, p. 425) como os responsáveis pela transmissão da história numa sociedade sem escrita, que se distribuem socialmente assumindo vários papéis além deste, incluindo os de chefes de família idosos. Anciãos, os *griots* transmitem aos mais novos as memórias do grupo por meio da narrativa dentro de uma percepção de que quanto mais velho o *griot*, mais qualificado ele se apresenta para o exercício da função, visto que necessita possuir, além da sabedoria, uma vasta experiência de vida.

Este movimento contínuo da oralidade no qual se ancora a tradição se faz presente ainda hoje no que diz respeito à cultura popular e os modos de vida de muitos grupos sociais no Brasil. Mesmo após o surgimento da possibilidade de registro da memória coletiva destes grupos, instrumentalizada a partir dos avanços tecnológicos muitos saberes tradicionais ainda continuam sendo transmitidos por meio de processos comunicacionais que ocorrem de pessoa para pessoa, de pais para filhos, de um grupo para outro, de geração em geração, Como é o caso do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, o primeiro bem cultural registrado

como patrimônio imaterial no país pelo Instituto do Patrimônio histórico e Artístico nacional (IPHAN) no ano de 2002.

No bairro de Goiabeiras Velha, em Vitória, no Espírito Santo, onde vivem as paneleiras é possível observar que existe no interior do grupo das artesãs um forte reconhecimento da importância das mulheres mais velhas, as paneleiras mais antigas, aquelas responsáveis por ensinarem o ofício aos seus descendentes. O respeito e a gratidão às mães e avós que repassaram o conhecimento sobre a prática cultural que hoje sustenta dezenas de famílias pode ser percebido até mesmo numa simples conversa sobre a origem do modo de fazer panelas de barro. A elas se atribui toda a responsabilidade pela continuidade da tradição, dado que exerceram o papel de guardiãs deste conhecimento durante décadas e foram capazes de transmiti-lo aos seus descendentes.

Foi graças a essa memória do ofício, passada de geração em geração, que as paneleiras de Goiabeiras puderam ser admitidas como parte de uma classe trabalhadora, a classe das artesãs, por meio de um processo que transformou a antiga tradição em um trabalho reconhecido como uma forma artesanal de confecção de panelas. Casos como o das Paneleiras de Goiabeiras, na atualidade, constituem-se numa das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades nas quais a busca por esta memória se configura como elemento essencial de uma identidade coletiva no sentido da afirmação social do grupo, conforme demonstra Le Goff (2003).

A evolução das sociedades, na segunda metade do século XX, elucida a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante, enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (LE GOFF, 2003, p. 469).

Esta relação, contextualizada pelo autor, ajuda-nos a perceber as lembranças comuns, os rituais coletivos, a conservação dos saberes e dos símbolos do grupo como fatores que, somados à responsabilidade da transmissão dessa herança, constituem-se nos fundamentos necessários para a afirmação de um sentimento de pertencimento do grupo na direção da

construção dos referenciais identitários e de uma identidade coletiva indissociada dos múltiplos processos que definem a vida em sociedade.

E neste contexto é importante considerar também um processo seletivo relacionado às recordações e as ausências, às falas e os silêncios que fazem parte da construção de uma memória que é comum a um determinado grupo. Nem tudo que é lembrado pode ou deve ser revelado dependendo do ambiente que se quer criar ou do discurso que se quer utilizar no momento. Associada ao poder, a memória se faz política e agrega valores, sendo passível de manipulações conforme o conjunto de interesses envolvidos.

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos, que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p. 422).

De fato, como bem lembra o autor, por se tratar de uma construção social, a memória, como tal, está sujeita às vicissitudes associadas ao convívio em sociedade, em especial aquelas relacionadas ao poder e às decisões sobre o que lembrar e o que esquecer. Uma memória institucionalizada do passado ajuda a promover a comemoração desse passado como uma lembrança coletiva.

Na perspectiva da preservação da memória e dos bens culturais a ela associados, no que diz respeito a criação de políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural cabe aqui destacar a interferência do poder. Não por acaso, inicialmente as políticas de proteção ao patrimônio cultural voltaram-se para o patrimônio edificado ou algum objeto associado a personalidades históricas que permitem falar em *marcos de memória* e de *lugares de história*. Uma vez que nem todos os grupos compartilham das mesmas representações, as relações com o passado são variadas e os valores que são atribuídos aos bens, relativos.

Além das influências diretas das memórias e do modo como são identificadas, estes valores variam de acordo com os interesses políticos, ideológicos, pessoais e financeiros do momento. No âmbito das políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural, a monumentalização das referências e símbolos importantes para a memória coletiva que interessa construir, dá-se conforme os interesses do poder, de acordo com o momento e as

forças políticas atuantes. O reconhecimento do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras como o primeiro bem cultural representativo do patrimônio cultural imaterial brasileiro deve ser observado dentro desta ótica. Há de se considerar o momento político pelo qual passava a sociedade brasileira no ano de 2002, com a ascensão da esquerda ao poder político institucionalizado. Trata-se de um período no qual havia no ar uma grande expectativa de mudança social, inclusive com relação à valorização da memória de grupos que foram excluídos durante muito tempo da história oficial do país.

Por tratar-se de um ofício herdado dos antigos negros e indígenas que habitaram anteriormente aquela região, o reconhecimento da antiga tradição de fazer panelas de barro representava simbolicamente o reconhecimento do próprio grupo como um conjunto de cidadãos de direito, motivo pelo qual não pode ser tratado de forma descontextualizada em relação à situação em que se encontrava o país, na época da oficialização do registro do ofício das paneleiras como bem cultural imaterial brasileiro. Aquele foi um momento no qual existiu claramente, por parte do poder público, um esforço na direção da implementação de políticas culturais mais abrangentes e inclusivas com relação à memória de uma cultura tradicional, herdada e guardada no interior dos grupos formadores da sociedade brasileira.

Ora, se o Patrimônio Cultural é tudo aquilo que nos toca de forma sensível e é repassado às gerações futuras a partir da transmissão de informações sobre as experiências vividas como um conjunto de bens representativos da experiência humana, ele deve englobar ideias e coisas cujo processo de preservação se apresente como interesse coletivo. Na perspectiva das políticas públicas tal interesse engloba uma série de variáveis definidas a partir da teoria e dois conceitos mundialmente referendados e de acordo com os interesses vigentes.

Resultado de um somatório de experiências que atravessam o tempo por meio de uma memória inicialmente tecida pela oralidade no interior das comunidades mais tradicionais, o Patrimônio Cultural teve o seu conceito formulado no contexto da sociedade ocidental moderna ligado à noção de herança compreendida como um bem coletivo, por meio do qual se torna possível o reconhecimento de um grupo social. Fruto de uma formulação lenta, conforme demonstrado por Abreu (2003), remonta ao período imediatamente posterior à Revolução Francesa, momento em que, no velho continente, se apregoava a destruição dos vestígios do Antigo Regime dentro do espírito revolucionário de criação de

uma nova estrutura social.

Em oposição ao vandalismo, essa ideia de um Patrimônio Nacional teve inicialmente o objetivo de inventariar obras consideradas essenciais a um país pós-revolucionário no qual novas estruturas estavam sendo erguidas. Num momento posterior, entretanto, expandiu-se primeiramente pela Europa e mais tarde por toda a sociedade ocidental relacionando-se profundamente com a formação de Estados Nacionais vinculados a um passado glorioso que culminou num processo conhecido como movimento de patrimonialização, empreendido a partir da institucionalização de mecanismos de proteção para o que era entendido, na época, como repositório de referências sobre o passado, cuja lista incluía monumentos, edificações e objetos ameaçados de destruição. Pode se dizer que este foi o primeiro passo dado na direção da afirmação do conceito de patrimônio cultural conforme compreendemos na atualidade. Vale ressaltar, que para adquirir o status de hoje, conforme mostrou Poulot (2009), o conceito de patrimônio cultural precisou passar por um processo de longa duração, resultado de uma dialética da conservação e da destruição no caminho da construção do olhar contemporâneo que se apresenta especialmente voltado para a diversidade e a inclusão de conhecimentos tradicionais e modos de vida diversos, compreendidos como valores importantes se considerarmos a identidade das nações.

O debate instaurado em torno do tema diversidade cultural, impulsionado pelos efeitos do processo de mundialização e a possibilidade de homogeneização, dada por uma possível uniformização de práticas culturais, mediante a padronização de estilos e gostos versus o recrudescimento de localismos e a recriação de regionalismos forçosamente inseriu no contexto da transformação do conceito uma concepção de cultura mais abrangente, em especial no que se refere à inclusão de outros tipos de referências, com relação aos modos de vida dos grupos sociais.

Não se deve esquecer ou, é importante lembrar, que como um fenômeno frequente nas sociedades contemporâneas, os processos de reconhecimento de bens culturais como referências do passado, tomam como base o conceito de patrimônio cultural dentro de uma lógica de preservação utilizada para a construção de narrativas de caráter subjetivo, mascaradas por *discursos que se pretendem positivos, científicos e objetivos*, conforme aponta Chagas (2003). Reelaborados, estes bens culturais muitas vezes assumem novos

arranjos com o propósito de balizar identidades, fazendo com que práticas culturais e artefatos antigos, re-significados a partir de enredos políticos e sociais do presente, contraíam funções novas, servindo como suporte para a formação de memórias nacionais.

Categoria chave para a preservação do patrimônio no Brasil, a noção de patrimônio cultural historicamente constituída e transformada no tempo, assumiu uma configuração dicotômica, dadas as singularidades da trajetória de formação do campo, dividida entre material e imaterial. Nos últimos tempos, entretanto, esta concepção tem sido permanentemente questionada. Conforme nos disse Chuva (2012), não existem vozes dissonantes em torno do consenso de se trata de uma falsa divisão uma vez tanto a materialidade quanto a imaterialidade fazem parte de um todo que é o patrimônio cultural. E na preservação deste patrimônio cultural os conceitos de patrimônio material e imaterial se confundem, pois, afinal, a intenção maior é preservar a produção cultural, uma produção que se dá no nível das ideias e do conhecimento registradas tanto em referências materiais quanto imateriais. Assim, no processo de avaliação dos bens culturais de uma determinada sociedade há de se considerar a participação dos membros do grupo social envolvido, partindo do pressuposto de que é aquele grupo que deve determinar o bem ou o conjunto de bens que devem ser protegidos, ou seja, quem define aquilo que é importante para a comunidade devem ser os seus membros.

Vale destacar que, desta forma, a proteção dos bens culturais encontra-se diretamente embasada pela informação, gerada, armazenada e difundida pelo grupo no sentido de proporcionar a consolidação desse conhecimento e garantir a continuidade da prática cultural. É possível afirmar que a difusão desta informação se constitui numa estratégia determinante para a salvaguarda do Patrimônio Cultural.

Não se pode esquecer que durante séculos ou décadas, aquelas informações consideradas importantes para a manutenção de tradições que continuaram vivas no seio das comunidades foram processadas, guardadas e transmitidas por meio de vários mecanismos de registro e transmissão, especialmente a oralidade. E o Patrimônio Cultural, assim como história e a memória, constitui-se em conhecimento, em informação transmitida, recebida, guardada, transformada... algo construído ou em construção permanente e sujeito à dinâmica cultural.

Referências

- ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: FAPERJ. DP&A editora, 2003.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. – São Paulo: Moderna, 2003.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo. Companhia das Letras, 1994
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005
- CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo. Companhia das Letras, 1993
- CHUVA, Márcia. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In. _____. NOGUEIRA, A. G. R. (Org). *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.12, n.1, p. 148-207, jan./abr.2007.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice,1990.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª Ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp,2003.
- MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 1, 1995.
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- REIS, Alcenir Soares dos, CABRAL, Ana Maria Rezende (Org). *Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte: Novatus, 2007.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo Editora Contexto, 2009.
- TEIXEIRA, Clotildes. *Informação, educação patrimonial e museus no ciberespaço: Diálogos*. Tese de doutorado. ECI/UFMG: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD9WETEQ>, 2014